

**SICOOB CENTRAL
UNIMAIS**



**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
31/12/2021**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em reais)

Prezados Senhores,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2021 da COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO SICOOB UNIMAIS, na forma da legislação em vigor.

1. Política operacional

Em 2021 o SICOOB CENTRAL UNIMAIS completou 28 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de resultados

No exercício de 2021, o SICOOB CENTRAL UNIMAIS obteve um resultado de R\$ 177.295,97, líquido de juros ao capital, antes das destinações.

3. Ativos

Os recursos em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários somaram R\$ 1.076.237.666,62. Por sua vez a carteira de créditos estava com saldo de R\$ 27.860.000,00, líquida de provisão.

4. Patrimônio de referência

Em 31/12/2021 o patrimônio de referência do SICOOB CENTRAL UNIMAIS é de R\$ 37.245.338,85. O quadro de cooperados é composto por 8 filiadas, apresentando

5. Política de crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CENTRAL UNIMAIS adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 100% nos níveis de "A".

6. Governança corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da central tem na assembleia geral, que é a reunião de todos as filiadas, o poder maior de decisão.

A gestão da central está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da central no seu dia a dia.

Os balanços da central são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a central.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar às filiadas e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

7. Conselho fiscal

Eleito a cada dois anos, com mandato até a AGO de 2022, o conselho fiscal tem função complementar à (do conselho de administração ou da diretoria). Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da central, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

8. Código de ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CENTRAL UNIMAIS aderiram, em 15/03/2021, por meio de compromisso firmado, ao pacto ética proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na central, assumem o mesmo compromisso e sempre que atualizado assinam novamente.

No Exercício de 2021, a ouvidoria da Central Sicoob Unimaís, não registrou nenhuma manifestação de cooperativas filiadas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

Agradecimentos

Agradecemos a nossas filiadas pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

São Paulo/SP, 22 de fevereiro de 2022.

Conselho de Administração e Diretoria

COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO - SICOOB UNIMAIS
SICOOB UNIMAIS
CNPJ: 73.085.573/0001-39
BALANÇO PATRIMONIAL
Em Reais

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		1.135.805.819,32	581.771.984,35
DISPONIBILIDADES	4	4.158,00	4.158,00
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.105.599.439,12	557.497.539,88
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	584.875.275,19	309.307.502,37
Títulos e Valores Mobiliários	6	491.362.391,43	240.885.292,09
Operações de Crédito	7	28.000.000,00	6.000.000,00
Outros Ativos Financeiros	8	1.361.772,50	1.304.745,42
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	7	(140.000,00)	(60.000,00)
(-) Operações de Crédito		(140.000,00)	(60.000,00)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	9	28.506,09	165.425,38
OUTROS ATIVOS	10	734.560,13	201.034,41
INVESTIMENTOS	11	28.206.119,72	22.054.921,85
IMOBILIZADO DE USO	12	3.395.176,50	3.353.044,50
INTANGÍVEL	13	122.344,46	122.344,46
(-) DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	12 e 13	(2.144.484,70)	(1.566.484,13)
TOTAL DO ATIVO		1.135.805.819,32	581.771.984,35
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.135.805.819,32	581.771.984,35
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.078.014.369,17	543.275.173,59
Relações Interfinanceiras	14	1.077.979.371,81	543.274.276,83
Centralização Financeira - Cooperativas		1.077.979.371,81	543.274.276,83
Outros Passivos Financeiros	15	34.997,36	896,76
PROVISÕES	17	336.674,99	261.377,82
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	18	150.043,07	271.821,53
OUTROS PASSIVOS	19	1.031.778,35	1.009.069,50
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		56.272.953,74	36.954.541,91
CAPITAL SOCIAL	20	55.622.990,46	35.986.671,99
RESERVAS DE SOBRAS		671.506,30	664.055,42
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		(303.926,73)	-
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	20 (d)	282.383,71	303.814,50
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.135.805.819,32	581.771.984,35

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO - SICOOB UNIMAIS
SICOOB UNIMAIS
CNPJ: 73.085.573/0001-39
DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS
Em Reais

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		34.613.536,31	45.720.691,90	14.005.131,81
Operações de Crédito	23	772.223,39	881.718,31	195.115,80
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5 (a)	15.772.547,22	22.682.625,48	8.167.832,55
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6 (b)	18.068.765,70	22.156.348,11	5.642.183,46
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	24	(33.758.929,15)	(44.693.128,51)	(14.335.883,13)
Dispêndios de Depósitos Interooperativos		(33.713.929,15)	(44.613.128,51)	(14.276.015,41)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(45.000,00)	(80.000,00)	(59.867,72)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		854.607,16	1.027.563,39	(330.751,32)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		345.812,48	1.360.743,72	(1.393.935,15)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	25	126.330,40	170.887,01	123.752,98
Rendas de Tarifas	26	12.000,00	24.000,00	16.000,00
Dispêndios e Despesas de Pessoal	27	(2.330.956,72)	(4.092.974,05)	(3.327.530,19)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	28	(1.602.341,47)	(3.008.716,43)	(2.982.176,92)
Dispêndios e Despesas Tributárias	29	(59.531,35)	(92.351,26)	(83.553,20)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas		1.225.624,00	2.056.436,27	195.930,61
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	30	3.179.891,40	6.522.574,93	4.933.422,88
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	31	(205.203,78)	(219.112,75)	(269.781,31)
PROVISÕES	32	(75.297,17)	(75.297,17)	-
Provisões/Reversões para Contingências		(74.687,17)	(74.687,17)	-
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(610,00)	(610,00)	-
RESULTADO OPERACIONAL		1.125.122,47	2.313.009,94	(1.724.686,47)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	33	-	-	407.537,71
Lucros em Transações com Valores e Bens		-	-	407.537,71
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		1.125.122,47	2.313.009,94	(1.317.148,76)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		7.913,76	604,50	(167.517,68)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		3.979,20	375,05	(94.604,86)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		3.934,56	229,45	(72.912,82)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		1.133.036,23	2.313.614,44	(1.484.666,44)
JUROS AO CAPITAL		(2.136.318,47)	(2.136.318,47)	(687.448,72)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		(1.003.282,24)	177.295,97	(2.172.115,16)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO - SICOOB UNIMAIIS
SICOOB UNIMAIIS
CNPJ: 73.085.573/0001-39
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Em Reais

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		1.133.036,23	2.313.614,44	(1.484.666,44)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		245.813,84	(303.926,73)	-
Itens que podem ser reclassificados para o Resultado				
Ajuste de avaliação patrimonial - investimentos em coligadas e controladas		245.813,84	(303.926,73)	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		1.378.850,07	2.009.687,71	(1.484.666,44)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO - SICOOB UNIAIS
SICOOB UNIAIS
CNPJ: 72.855.573/0001-39
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em Reais

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2019		23.029.062,87	2.722.773,49	664.055,42	-	111.875,38	26.527.767,16
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Ao FATES		-	-	-	-	(111.875,38)	(111.875,38)
Outros Eventos/Reservas		-	(2.722.773,49)	-	-	2.791.867,25	69.093,76
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		12.270.160,40	-	-	-	-	12.270.160,40
Reversões de Reservas		-	-	-	-	-	-
Sobras ou Perdas do Período		-	-	-	-	(1.484.666,44)	(1.484.666,44)
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	(687.448,72)	(687.448,72)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		687.448,72	-	-	-	-	687.448,72
Destinações das Sobras do Período:							
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	-	(315.937,59)	(315.937,59)
Saldos em 31/12/2020		35.986.671,99	-	664.055,42	-	303.814,50	36.954.541,91
Saldos em 31/12/2020		35.986.671,99	-	664.055,42	-	303.814,50	36.954.541,91
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Distribuição de sobras para associados		-	-	-	-	(303.814,50)	(303.814,50)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		17.500.000,00	-	-	-	-	17.500.000,00
Reversões de Fundos		-	-	-	-	219.051,24	219.051,24
Sobras ou Perdas do Período		-	-	-	-	2.313.614,44	2.313.614,44
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas		-	-	-	(303.926,73)	-	(303.926,73)
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	(2.136.318,47)	(2.136.318,47)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		2.136.318,47	-	-	-	-	2.136.318,47
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva		-	-	7.450,88	-	(7.450,88)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	-	(3.725,44)	(3.725,44)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	-	(102.787,18)	(102.787,18)
Saldos em 31/12/2021		55.622.990,46	-	671.506,30	(303.926,73)	292.383,71	56.272.953,74
Saldos em 30/06/2021		51.111.671,99	-	664.055,42	(549.740,57)	1.180.578,21	52.406.565,05
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		2.375.000,00	-	-	-	-	2.375.000,00
Reversões de Fundos		-	-	-	-	219.051,24	219.051,24
Sobras ou Perdas do Período		-	-	-	-	1.133.036,23	1.133.036,23
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas		-	-	-	245.813,84	-	245.813,84
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	(2.136.318,47)	(2.136.318,47)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		2.136.318,47	-	-	-	-	2.136.318,47
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva		-	-	7.450,88	-	(7.450,88)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	-	(3.725,44)	(3.725,44)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	-	(102.787,18)	(102.787,18)
Saldos em 31/12/2021		55.622.990,46	-	671.506,30	(303.926,73)	292.383,71	56.272.953,74

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO - SICOOB UNIMAIS
SICOOB UNIMAIS
CNPJ: 73.085.573/0001-39
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Em Reais

Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	1.125.122,47	2.313.009,94	(1.317.148,76)
Distribuição de Sobras e Dividendos	-	(416.105,78)	(491.013,10)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.225.624,00)	(2.056.436,27)	(195.930,61)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	45.000,00	80.000,00	59.867,72
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	610,00	610,00	-
Provisões/Reversões para Contingências	74.687,17	74.687,17	-
Atualização de Depósitos em Garantia	(40.567,57)	(57.027,08)	(23.663,26)
Depreciações e Amortizações	287.623,44	583.253,57	646.943,52
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	266.851,51	521.991,55	(1.320.944,49)
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(133.816.854,61)	(396.806.840,74)	(35.737.732,93)
Títulos e Valores Mobiliários	989.881,13	(219.525.244,80)	76.304.602,36
Operações de Crédito	(19.000.000,00)	(22.000.000,00)	8.026.456,80
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(21.156,61)	136.919,29	(165.199,75)
Outros Ativos	(18.691,80)	(533.525,72)	205.021,54
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Relações Interfinanceiras	153.238.119,98	534.705.094,98	72.507.108,01
Outros Passivos Financeiros	34.497,36	34.100,60	(19.587,45)
Provisões	-	-	252.177,82
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	36.562,30	(121.778,46)	172.248,50
Outros Passivos	(2.235.094,26)	(2.113.609,62)	(1.033.988,43)
Destinação de Sobras Exercício Anterior ao FATES	-	-	(111.875,38)
FATES - Atos Cooperativos	(3.725,44)	(3.725,44)	-
FATES - Atos Não Cooperativos	(102.787,18)	(102.787,18)	(315.937,59)
Imposto de Renda	3.979,20	375,05	(94.604,86)
Contribuição Social	3.934,56	229,45	(72.912,82)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	(624.483,86)	(105.808.801,04)	118.594.831,33
Atividades de Investimentos			
Distribuição de Dividendos	-	416.105,78	491.013,10
Aquisição de Intangível	-	-	(2.285,12)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(47.385,00)	(47.385,00)	(9.571,25)
Aquisição de Investimentos	(3.982.590,35)	(4.398.688,33)	(10.861.623,02)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(4.029.965,35)	(4.029.967,55)	(10.382.466,29)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	2.375.000,00	17.500.000,00	12.270.160,40
Distribuição de sobras para associados	-	(303.814,50)	-
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	2.136.318,47	2.136.318,47	687.448,72
Reversões de Reservas	-	-	69.093,76
Reversões de Fundos	219.051,24	219.051,24	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	4.730.369,71	19.551.555,21	13.026.702,88
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	75.920,50	(90.287.213,38)	121.239.067,92
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	30.880.092,04	121.243.225,92	4.158,00
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	30.956.012,54	30.956.012,54	121.243.225,92
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	75.920,50	(90.287.213,38)	121.239.067,92

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 DE 2020

1. Contexto Operacional

A Cooperativa **CCECM SICOOB UNIMAIS** é uma entidade cooperativista, que tem por objetivo a organização em maior escala, dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução nº 4.434/15 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito. Neste sentido, o **SICOOB UNIMAIS** coordena as ações do Sicoob Sistema, difunde e fomenta o cooperativismo de crédito e orienta a aplicação dos recursos captados pelo Sistema. O **SICOOB UNIMAIS** integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob, em conjunto a outras cooperativas centrais e singulares.

O **SICOOB UNIMAIS** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Administração em 10 de fevereiro de 2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

i) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021. A norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entram em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano de contas para implementação desse normativo, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional. Quanto aos demais dispositivos, entram em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS junto a seus associados, empregados e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição. Conforme conceito para efeito de comparabilidade com período anterior, foi realizada reapresentação da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício de 2020, conforme aplicação do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução CMN nº 4.007, de agosto de 2011).

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por ações do BANCO SICOOB, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. O Acordo das Cooperativas Centrais Filiadas ao Sicoob Confederação e dos Acionistas do banco, firmado em 11/02/2020, estabeleceu direito a voto nas reuniões, passando, assim, a configurar influência significativa das centrais na administração do BANCO SICOOB.

j) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

n) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço.

o) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

p) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

q) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

r) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

s) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo normativo.

t) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

u) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2021** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

v) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles oriundos de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

x) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2021**.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários	4.158,00	4.158,00
Letras Financeiras do Tesouro	-	71.914.654,90
Títulos de Renda Fixa	30.951.854,54	49.324.413,02
TOTAL	30.956.012,54	121.243.225,92

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	71.914.654,90	-
Ligadas (a)	584.875.275,19	65.566.365,06	192.686.853,59	44.705.993,88
TOTAL	584.875.275,19	65.566.365,06	264.601.508,49	44.705.993,88

(a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários - CDI no **BANCO SICOOB** com remuneração entre 101% e 102% do CDI.

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram respectivamente:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	15.772.547,22	22.682.625,48	8.167.832,55

6. Títulos e Valores Mobiliários

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Circulante	Circulante
Títulos de Renda Fixa (a)	185.487.168,68	107.456.727,33
Cotas de Fundos de Investimento (b)	305.875.222,75	133.428.564,76
TOTAL	491.362.391,43	240.885.292,09

(a) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Títulos de renda fixa em títulos públicos federais com rentabilidade entre 100% CDI e 119% CDI, no **SICOOB UNIMAIS**.

(b) Cotas de fundos de investimento refere se ao fundo Sicoob Institucional com rentabilidade no ano de 140%CDI, e Fundo Sicoob Liquidez MASTER com rentabilidade de 95%CDI.

Abaixo o resultado auferido com Títulos e Valores Mobiliários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Títulos de Renda Fixa	5.978.153,09	7.401.946,76	5.703.994,58
Rendas de Títulos de Renda Variável	-	-	7.956.842,74
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	12.090.612,63	14.820.165,03	1.141.777,60
(-) Prejuízos com Títulos de Renda Fixa	(0,02)	(65.763,68)	(9.160.431,46)
TOTAL	18.068.765,70	22.156.348,11	5.642.183,46

7. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Total	Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	28.000.000,00	28.000.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00
Total de Operações de Crédito	28.000.000,00	28.000.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00
(-) Provisões para Operações de Crédito	(140.000,00)	(140.000,00)	(60.000,00)	(60.000,00)
TOTAL	27.860.000,00	27.860.000,00	5.940.000,00	5.940.000,00

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
A	0,5%	Normal	28.000.000,00	28.000.000,00	(140.000,00)	-	-
B	1%	Normal	-	-	-	6.000.000,00	(60.000,00)
Total Normal			28.000.000,00	28.000.000,00	(140.000,00)	6.000.000,00	(60.000,00)
Total Geral			28.000.000,00	28.000.000,00	(140.000,00)	6.000.000,00	(60.000,00)
Provisões			(140.000,00)	(140.000,00)		(60.000,00)	
Total Líquido			27.860.000,00	27.860.000,00		5.940.000,00	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Tipo	De 91 a 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	28.000.000,00	28.000.000,00
TOTAL	28.000.000,00	28.000.000,00

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	31/12/2021	% da Carteira
Outros	28.000.000,00	28.000.000,00	100%
TOTAL	28.000.000,00	28.000.000,00	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(60.000,00)	(132,28)
Constituições/Reversões no período	155.000,00	60.132,28
Transferência para prejuízo no período	(235.000,00)	(120.000,00)
Saldo Final	(140.000,00)	(60.000,00)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	28.000.000,00	100%	6.000.000,00	100%

8. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Devedores por Depósitos em Garantia (a)	-	1.361.772,50	-	1.304.745,42
TOTAL	-	1.361.772,50	-	1.304.745,42

(a) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais de processos tributários de PIS e CSLL.

9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Circulante	Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	28.506,09	165.398,23
Imposto de Renda a Recuperar	-	27,15
TOTAL	28.506,09	165.425,38

10. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Circulante	Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	16.472,58	18.871,58
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	5.800,00	6.751,07
Devedores Diversos – País (a)	588.845,22	54.935,02
Despesas Antecipadas (b)	123.442,33	120.476,74
TOTAL	734.560,13	201.034,41

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R\$ 1.959,17) e Cooperativas filiadas (R\$ 586.886,05);

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos Prêmios de Seguros (R\$ 18.379,61), Aluguéis (R\$ 89.550,00), Processamento de Dados (R\$ 15.512,72).

11. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito (a)	24.648.407,55	18.497.209,68
Part. Em Cooperativas, Exceto Coop. Central Crédito	3.210.510,72	3.210.510,72
Outras Participações	347.201,45	347.201,45
TOTAL	28.206.119,72	22.054.921,85

(a) O saldo é representado por ações do BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. - BANCO SICOOB. Abaixo apresentamos a movimentação:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital inicial	18.497.209,68	7.439.656,05
Integralização	4.398.688,33	10.861.623,02
Ajuste Reconhecimento Participação no TVM (*)	(303.926,73)	-
Ajuste de Equivalência Patrimonial	2.056.436,27	195.930,61
TOTAL	24.648.407,55	18.497.209,68

(*) Conforme publicação da CCI 413/2021, o Sicoob Confederação pleiteou perante o Banco Central do Brasil a liberação de uso da conta contábil para as cooperativas de crédito, permitindo o correto registro dos valores de Ajuste a Valor de Mercado – TVM, que compõe o patrimônio líquido do Banco Sicoob, que antes de data-base 04/2021, não possuía o atribuído “R” para a contabilização das cooperativas.

12. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2021	31/12/2020
Móveis e equipamentos de Uso	10%	821.978,34	812.923,34
Sistema de Processamento de Dados	20%	312.953,10	312.953,10
Sistema de Segurança	10%	60.036,55	26.959,55
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		2.200.208,51	2.200.208,51
Total de Imobilizado de Uso		3.395.176,50	3.353.044,50
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(672.722,12)	(546.573,39)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(1.355.329,68)	(915.021,53)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(2.028.051,80)	(1.461.594,92)
TOTAL		1.367.124,70	1.891.449,58

13. Intangível

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	Taxa Amortização	31/12/2021	31/12/2020
Sistemas De Processamento De Dados	20%	121.735,46	121.735,46
Marcas		609,00	609,00
Total de Intangível		122.344,46	122.344,46
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis		(116.432,90)	(104.889,21)
Total de Amortização de ativos Intangíveis		(116.432,90)	(104.889,21)
TOTAL		5.911,56	17.455,25

14. Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira – Cooperativas

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remuneradas de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de **2021** equivale a 109,23% CDI.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sicoob Centro Leste Paulista	120.841.930,09	87.830.240,60
Sicoob Metropolitana	243.395.557,20	283.689.578,73
Sicoob Mantiqueira	219.798.934,07	152.376.905,81
Sicoob Circuito das Águas	20.650.285,94	19.377.551,69
Sicoob Santa	7,29	-
Sicoob Crediacil	86.294.739,34	-
Sicoob Cooperemb	127.914.096,76	-
Sicoob Paulista	201.264.987,74	-
Sicoob Cecres	57.818.833,38	-
TOTAL	1.077.979.371,81	543.274.276,83

15. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem, em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Circulante	Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (a)	34.997,36	896,76
TOTAL	34.997,36	896,76

(a) Em Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos temos registrados os valores a pagar aos fornecedores.

16. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB UNIMAIS** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17. Provisões

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020
	Circulante	Não Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	610,00	-	-
Provisão Para Contingências (b)	-	336.064,99	261.377,82
TOTAL	610,00	336.064,99	261.377,82

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Coobrigações Prestadas	1.425.809,64	1.364.809,64
TOTAL	1.425.809,64	1.364.809,64

(b) Provisão para Contingências – Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificados como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações contábeis, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Cíveis	11.377,82	-	11.377,82	-
Outros (a)	290.000,00	-	250.000,00	-
Fiscais	34.687,17	1.361.772,50	-	1.304.745,42
TOTAL	336.064,99	1.361.772,50	261.377,82	1.304.745,42

(a) O Banco Central do Brasil, no uso de suas atribuições legais, instaurou o Processo Sancionador – PE nº 176691 para apurar eventuais irregularidades, ocorridas na Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo - Sicoob Unimais, antiga Unicred Central SP, sujeitando os demandados às sanções previstas no artigo 44 da Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964 e no artigo 5º da Lei 13.506 de 3.11.2017, além da Sicoob Unimais, figuram como acusados 28 (vinte e oito) pessoas, entre Diretores e Conselheiros.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB UNIMAIS**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 495.931,48, sendo R\$ 398.597,47 de processos fiscais, R\$ 39.444,01 de processos cíveis e o restante de trabalhista de R\$ 40.000,00.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

18. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Circulante	Circulante
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	-	167.517,68
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	6.365,90	5.042,63
Impostos e Contribuições sobre Salários	140.110,78	96.527,03
Outros	3.566,39	2.734,19
TOTAL	150.043,07	271.821,53

19. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Circulante	Circulante
Sociais e Estatutárias (a)	491.727,09	604.812,02
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	-	1.052,23
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (b)	531.055,68	387.992,73
Credores Diversos - País (c)	8.995,58	15.212,52
TOTAL	1.031.778,35	1.009.069,50

(a) A seguir a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Circulante	Circulante
Resultado de Atos com associados (a.1)	262.003,64	258.824,51
Resultado de Atos com não associados (a.1)	229.723,45	345.987,51
TOTAL	491.727,09	604.812,02

(a.1) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

No exercício de 2021, a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, após as destinações legais e estatutárias, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 - Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

(b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas Despesas de Pessoal (R\$ 411.224,48), Aluguéis (R\$ 44.312,21), Seguro (R\$ 11.027,77), Propaganda e Publicidade (R\$ 9.918,39) e outros (R\$ 54.572,83);

(c) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se Pendências a regularizar (R\$ 4.133,00) e outros (R\$ 4.862,58).

20. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No ano de 2021, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de **R\$ 19.636.318,47**.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	55.622.990,46	35.986.671,99
Associados	8	4

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações de 10% das sobras definidas em Estatuto Social, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 22 de março de 2021, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2020** da seguinte forma:

- 100% para Conta Corrente, no valor de R\$ 303.814,50.

d) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sobra líquida do exercício	177.295,97	(2.172.115,16)
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(102.787,18)	(315.937,59)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	74.508,79	(2.488.052,75)
Reserva legal – 10%	(7.450,88)	-
Fundo de assistência técnica, educacional e social – 5%	(3.725,44)	-
Destituição do FEE – Incorporada em Sobras/Perdas	-	2.791.867,25
Reversão do FATES	219.051,24	-
Sobra à disposição da Assembleia Geral	282.383,71	303.814,50

e) Outros Resultados Abrangentes

Outros resultados abrangentes referem-se a receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, conforme regulamentação em vigor.

No exercício de 2021, a SICOOB UNIMAIS realizou a avaliação e ajuste de investimentos em participações no BANCO SICOOB pelo método de equivalência patrimonial, e registrou como outros resultados abrangentes no valor de (R\$ 303.926,73), referente as alterações decorrentes de valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido dessa entidade, sem efeitos sobre o resultado.

21. Resultado de Atos Não Cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Receita de prestação de serviços	170.112,79	83.504,48
Despesas específicas de atos não cooperativos	(45.193,68)	(8.058,18)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(22.736,43)	471,26
Resultado operacional	102.182,68	75.917,56
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	-	407.537,71
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	102.182,68	483.455,27)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	102.787,18	315.937,59

22. Juros ao Capital

A Central pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital de suas cooperativas filiadas. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC e o juros ao capital próprio foi integralizado ao capital social.

No exercício de **2021**, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 2.136.318,47 (R\$ 687.448,72 em 2020), equivalente a 100% da SELIC, conforme deliberado em Ata da Diretoria Executiva, realizada em 20 de dezembro de 2021 e ratificado em reunião do Conselho de Administração, ocorrido em 31 de janeiro de 2022.

23. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	-	1.691,27	-
Rendas de Empréstimos	772.223,39	880.027,04	195.115,80
TOTAL	772.223,39	881.718,31	195.115,80

24. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	(33.713.929,15)	(44.613.128,51)	(14.276.015,41)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	95.000,00	155.000,00	132,28
Provisões para Operações de Crédito	(140.000,00)	(235.000,00)	(60.000,00)
TOTAL	(33.758.929,15)	(44.693.128,51)	(14.335.883,13)

25. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Garantias Prestadas	761,52	761,52	10.000,00
Rendas de Outros Serviços	125.568,88	170.125,49	113.752,98
TOTAL	126.330,40	170.887,01	123.752,98

26. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	12.000,00	24.000,00	16.000,00
TOTAL	12.000,00	24.000,00	16.000,00

27. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(29.998,08)	(59.209,38)	(55.275,48)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(210.831,90)	(415.877,34)	(409.441,38)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(528.055,37)	(969.126,73)	(864.797,92)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(385.426,93)	(710.407,06)	(541.714,72)
Despesas de Pessoal - Proventos	(1.175.678,44)	(1.937.387,54)	(1.456.300,69)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(966,00)	(966,00)	-
TOTAL	(2.330.956,72)	(4.092.974,05)	(3.327.530,19)

28. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	-	-	(6.943,68)
Despesas de Aluguéis	(245.975,04)	(477.179,72)	(571.016,83)
Despesas de Comunicações	(79.880,33)	(153.807,49)	(184.779,45)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(7.633,00)	(15.508,00)	(22.372,00)
Despesas de Material	(1.072,60)	(4.542,72)	(2.430,39)
Despesas de Processamento de Dados	(175.938,99)	(342.388,04)	(235.663,04)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(25.300,92)	(40.298,32)	(23.329,63)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(157.315,49)	(230.670,04)	(143.147,02)

Despesas de Publicações	(5.030,00)	(12.610,00)	(2.875,00)
Despesas de Seguros	(14.491,43)	(28.328,93)	(24.875,96)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(54.569,97)	(97.796,43)	(65.970,54)
Despesas de Serviços de Terceiros	(312.363,19)	(538.885,17)	(456.973,60)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(3.900,00)	(7.800,00)	(13.356,86)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(179.073,66)	(374.087,68)	(388.186,33)
Despesas de Transporte	-	-	(5.262,92)
Despesas de Viagem ao Exterior	-	-	(114,10)
Despesas de Viagem no País	(11.946,98)	(19.696,29)	(29.346,99)
Despesas de Amortização	(4.635,55)	(11.543,69)	(27.066,74)
Despesas de Depreciação	(282.987,89)	(571.709,88)	(619.876,78)
Outras Despesas Administrativas	(40.226,43)	(81.864,03)	(158.589,06)
TOTAL	(1.602.341,47)	(3.008.716,43)	(2.982.176,92)

29. Dispêndios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas tributárias	(25.728,98)	(47.169,83)	(72.835,24)
Despesa imposto s/ serviço – ISSQN	(27.964,01)	(37.271,19)	(5.428,45)
Despesa de contribuição ao COFINS	(5.022,25)	(6.804,51)	(4.550,12)
Despesa de contribuição ao PIS/PASEP	(816,11)	(1.105,73)	(739,39)
TOTAL	(59.531,35)	(92.351,26)	(83.553,20)

30. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	287.621,40	554.562,73	539.023,54
Dividendos	-	416.105,78	491.013,10
Atualização depósitos judiciais	40.567,57	57.027,08	23.663,26
Outras rendas operacionais (a)	2.851.702,43	5.494.879,34	3.879.722,98
TOTAL	3.179.891,40	6.522.574,93	4.933.422,88

(a) Trata-se de rateio da taxa administrativa da Central para as filiadas.

31. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Outras Despesas Operacionais	(60,89)	(13.969,36)	(269.781,29)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	-	(0,50)	(0,02)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(205.142,89)	(205.142,89)	0,00
TOTAL	(205.203,78)	(219.112,75)	(269.781,31)

32. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Provisões/Reversões para Contingências	(74.687,17)	(74.687,17)	-
Provisões para Contingências	(74.687,17)	(74.687,17)	-
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(610,00)	(610,00)	-
Provisões para Garantias Prestadas	(610,00)	(610,00)	-
TOTAL	(75.297,17)	(75.297,17)	-

33. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Lucro em Transações com Valores de Bens	-	-	407.537,71
TOTAL	-	-	407.537,71

34. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2021.

35. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme Resolução CMN nº 4.693/2018.

As transações com partes relacionadas referem-se à remuneração recebida por pessoal-chave da administração, isto é, pessoas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da central, inclusive diretores e executivos dela. Compõem os valores dessa remuneração todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela central ao pessoal-chave da administração, em troca dos serviços que lhe são prestados.

Em **2021**, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO 2021 (R\$)			BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)
Descrição	2º sem/21	31/12/2021	
INSS Diretoria/Conselheiros	(5.999,58)	(11.841,84)	(11.055,24)
Honorários - Diretoria Executiva	(167.501,34)	(335.002,68)	(343.683,68)
Honorários - Conselho de Administração	(43.330,56)	(80.874,66)	(65.757,70)
Honorários - Conselho Fiscal	(29.998,08)	(59.209,38)	(55.275,48)
TOTAL	(246.829,56)	(486.928,56)	(475.772,10)

36. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCECM SICOOB UNIMAIS - SICOOB UNIMAIS**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB UNIMAIS**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB UNIMAIS** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB UNIMAIS** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB UNIMAIS** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

37. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

37.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

37.2 Risco de Crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimativa (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

37.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança.

a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;

a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;

a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;

a.5) aplicação de cenários de estresse;

a.6) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWAcom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

37.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade de a entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

limite mínimo de liquidez;

fluxo de caixa projetado;

aplicação de cenários de estresse;

definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

37.5 Risco Socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes atuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

37.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

37.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

38. Seguros Contratados - Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

39. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência (PR)	37.245.338,85	22.256.648,56
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	267.311.694,11	136.977.904,20
Índice de Basileia (mínimo 10%)	13,44%	15,65%
Imobilizado para cálculo do limite	1.714.326,15	2.238.651,03
Índice de imobilização (limite 50%)	4,60%	10,05%

São Paulo/SP, 22 de março de 2022.

MARCIO APARECIDO FAVERO LOPES
DIRETOR ADMINISTRATIVO

MARILZA LAVEZO349
CONTADORA CRC 049349/O-9 PR

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e às Associadas da Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo – Sicoob UniMais
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo – Sicoob UniMais, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob UniMais em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 22 de fevereiro de 2022.



Ronaldo Reimberg Lima
Contador – CRC 1SP215393/O-1



São Paulo, 15 de março de 2022.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos

Diretores e Associados da

COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO – SICOOB UNIMAIS - CNPJ Nº 73.085.573/0001-39 – NIRE Nº 354.000.239-37.

1. Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO – SICOOB UNIMAIS** relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2021, juntamente com as notas explicativas, o parecer dos auditores independentes e demais documentos e informações pertinentes às operações realizadas pela Cooperativa durante o semestre findo.
2. Nossa missão é expressar nossa opinião aos cooperados e ao público em geral sobre todas as operações realizadas pela Cooperativa registradas nas demonstrações contábeis citadas em conformidade com o artigo 56 da Lei 5.764/71.
3. Na opinião deste Conselho, as demonstrações contábeis acima referidas lidas em conjunto com as notas explicativas e o relatório dos Auditores Independentes, representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa, em 31 de



dezembro de 2021 e as deliberações do Conselho de Administração e Diretoria Executiva foram tomadas no estrito interesse dos Associados.

4. As demonstrações contábeis analisadas foram auditadas pela empresa CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa.

DocuSigned by:

José Luiz Castro de Mello Cesar

2FA38EF9211A406...

**Dr. José Luiz Castro de Mello
Cesar**

**Coordenador do Conselheiro
Fiscal**

DocuSigned by:

Luiz Eduardo Volpato

3601B673A8DB4AB...

Dr. Luiz Eduardo Volpato

Conselheiro Fiscal Efetivo

DocuSigned by:

Paulo Alberto Tavares Almeida

FD1370C3BD0C49C...

Dr. Paulo Alberto Tavares

Conselheiro Fiscal Efetivo

Certificado de conclusão

ID de envelope: 4CFC282A06814D6B969A204ED657C0AA

Estado: Concluído

Assunto: Utilize o serviço DocuSign: PARECER CONSELHO FISCAL DEMONSTRAÇÕES 31-12-2021.doc

Envelope de origem:

Página do documento: 2

Assinaturas: 3

Autor do envelope:

Certificar páginas: 6

Iniciais: 3

Gilmara Santos Machado

Assinatura guiada: Ativada

Av. Duque de Caxias, 882, sobreloja 2

Selo do ID do envelope: Ativada

Novo Centro

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Maringa, DS 87020-025

gilmara.machado@sicoob.com.br

Endereço IP: 201.74.87.238

Controlo de registos

Estado: Original

Titular: Gilmara Santos Machado

Local: DocuSign

15/03/2022 17:25:45

gilmara.machado@sicoob.com.br

Eventos do signatário

José Luiz Castro de Mello Cesar

Jose.Cesar@sicoob.com.br

Nível de segurança: Correio eletrónico, Autenticação de conta (Nenhuma)

Assinatura

DocuSigned by:

 2FA38EF9211A406...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Utilizar o endereço IP: 172.225.83.39

Assinado através de dispositivo móvel

Carimbo de data/hora

Enviado: 15/03/2022 17:29:31

Visualizado: 15/03/2022 17:57:34

Assinado: 15/03/2022 17:58:20

Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicas:

Aceite: 15/03/2022 17:57:34

ID: 77622201-b307-47a1-b415-ea8fd61a7485

Luiz Eduardo Volpato

eduardo.volpato@sicoob.com.br

Conselheiro

5042 - Sicoob Unimais Centro Leste Paulista

Nível de segurança: Correio eletrónico, Autenticação de conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

 3601B673A6DB4AB...

Adoção de assinatura: Imagem de assinatura carregada

Utilizar o endereço IP: 187.183.47.242

Assinado através de dispositivo móvel

Enviado: 15/03/2022 17:29:31

Visualizado: 15/03/2022 21:25:25

Assinado: 15/03/2022 21:26:06

Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicas:

Aceite: 29/10/2020 00:27:56

ID: 7837efdc-3b5b-48d4-b71e-825c5950ae27

Paulo Alberto Tavares Almeida

Paulo.Tavares@sicoob.com.br

Nível de segurança: Correio eletrónico, Autenticação de conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

 FD1370C3BD0C49C...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Utilizar o endereço IP: 189.34.177.209

Enviado: 15/03/2022 17:29:31

Visualizado: 15/03/2022 20:01:46

Assinado: 15/03/2022 20:02:18

Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicas:

Aceite: 15/03/2022 20:01:46

ID: 95183710-f19e-4c34-a5de-096e9aea0b87

Eventos de signatário presencial**Assinatura****Carimbo de data/hora****Eventos de entrega do editor****Estado****Carimbo de data/hora****Eventos de entrega do agente****Estado****Carimbo de data/hora****Evento de entrega do intermediário****Estado****Carimbo de data/hora**

Eventos de entrega certificada	Estado	Carimbo de data/hora
Eventos de cópia	Estado	Carimbo de data/hora
Eventos relacionados com a testemunha	Assinatura	Carimbo de data/hora
Eventos de notário	Assinatura	Carimbo de data/hora
Eventos de resumo de envelope	Estado	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptado	15/03/2022 17:29:31
Entrega certificada	Segurança verificada	15/03/2022 20:01:46
Processo de assinatura concluído	Segurança verificada	15/03/2022 20:02:18
Concluído	Segurança verificada	15/03/2022 21:26:06
Eventos de pagamento	Estado	Carimbo de data/hora
Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicos		

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a Sicoob Central Unicoob poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a Sicoob Central Unicoob:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para:

Para informar seu novo endereço de e-mail a Sicoob Central Unicoob:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a Sicoob Central Unicoob:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a Sicoob Central Unicoob:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas.

Hardware e software necessários:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a Sicoob Central Unicoob conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por Sicoob Central Unicoob durante o curso do meu relacionamento com você.